

A DIPLOMACIA CHINESA E AS RELAÇÕES COM O BRASIL (1949-1974)

THE CHINESE DIPLOMACY AND THE RELATIONS WITH BRAZIL (1949-1974)

Tomaz Mefano Fares¹

RESUMO

A chegada do partido comunista ao poder na China constitui um ponto de virada da conjuntura internacional. Este país de proporções continentais passou a ser um dos focos da estratégia norte americana de contenção ao movimento comunista no mundo. A pressão americana foi determinante para o rechaço diplomático do Brasil, bem como dos demais países da América Latina, ao governo de Mao Zedong, principalmente depois da Guerra da Coreia. A China, contudo, se aproxima dos países do terceiro mundo, sob a influência do “espírito da conferência de Bandung” e a partir da revolução cubana (1959) ganha maior poder de influência sobre o continente latino americano. No Brasil, foram centrados esforços na constituição de um projeto de desenvolvimento comum com o propósito de conquistar o apoio diplomático dos governos “populistas”. Mas esta estratégia foi abortada com a chegada do regime militar. A partir daí, os dois países mantiveram apenas discreta relação comercial. No entanto, a aproximação da China com os Estados Unidos no início dos anos 70 e a conseqüente transformação do cenário internacional, abrem espaço para o reencontro diplomático da China com o Brasil. Os dois países vislumbram um crescente intercâmbio comercial, e no início do governo Geisel (1974) logram formalizar o reestabelecimento das relações diplomáticas.

PALAVRAS-CHAVE:

China; Brasil; política externa.

ABSTRACT

The seizure of power by the Communist Party in China constitutes a turning point in the international system. North American political strategy has been largely focused its containment of the spread of Communist ideology on the influence of this country of immense proportions. American pressure was crucial for diplomatic rejection of Brazil and other Latin American countries to the new government, especially after the Korean War. China, however, has fortified its ties with third world countries, under the influence of the “spirit of Bandung Conference”, and from the Cuban Revolution (1959), gained greater influence over the Latin American continent. In Brazil, efforts were focused on the development of a joint development project with the purpose of winning diplomatic support from “populist governments”. But this strategy was abandoned after the beginning of the Brazilian military regime. From there onward, the two countries have only had a mild commercial relationship. However, the normalization of China-United States relations in the early 70s, and the consequent transformation of the international arena, opened space for a diplomatic meeting of China and Brazil. The two countries envision growing trade, and at the beginning of Geisel’s government (1974) managed to formalize the establishment of diplomatic relations.

1 Tomaz Mefano Fares é mestrando no curso de História da Universidade de Pequim. E-mail: tomaz_mefano@hotmail.com

KEY-WORDS:

China; Brasil; foreign policy.

A reconfiguração da geopolítica na Ásia após a revolução chinesa

Nos anos seguintes à segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se ocuparam em garantir influência geopolítica no pacífico, tendo como carro chefe a repactuação com Japão. Mas a derrota do principal aliado americano na China, o Partido Nacionalista, e a consequente expansão do socialismo na Ásia redobra a atenção do governo Truman, o qual determina o aumento do engajamento militar na região. São então instaladas bases na Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Tailândia e Vietnã do Sul, e é acionada a 7ª Esquadra naval. Assim, os Estados Unidos formaram um cinturão de segurança que, somado a um embargo econômico, desempenhou o duplo papel de isolar a China do cenário internacional e controlar a expansão de grupos revolucionários na Ásia (ROUSSET, 2010).

Como resposta aos desafios da nova conjuntura internacional, em fevereiro de 1950, a China assina um tratado de amizade com a União Soviética, consagrando a aliança entre as duas – aliança esta que seria ameaçada já no final da década. O novo governo se consolida e deixa o Partido Nacionalista, que havia encontrado refugio na ilha de Taiwan, sem perspectivas de volta. Ao mesmo tempo, sua integração automática ao campo socialista e o crescimento do movimento revolucionário na Ásia, por um lado, e a pressão americana com o aumento da presença militar na região, por outro, geraram as condições objetivas para a eclosão da Guerra da Coreia em 1950.

Primeiros anos desde a revolução chinesa e relações com América Latina e Brasil

O governo “nacionalista” de Taiwan tornou-se mais um eixo de sustentação dos Estados Unidos na Ásia. A ilha contou com a proteção militar americana, além do apoio diplomático que lhe garantiu o status de representante legal da China na ONU². Contudo, não foi imediato o rechaço pela comunidade internacional ao novo governo no continente. Até a mobilização das tropas da ONU na Guerra da Coreia e o envolvimento direto da China neste contencioso, o reconhecimento diplomático do novo governo não seria tema sensível na América Latina. Neste período, os governos latino americanos mantiveram neutralidade e cautela quanto a relação com a República Popular da China (SUN, 2005), alguns chegaram a emitir comunicados – apesar de pouco consistentes – expressando interesse em

2 Em janeiro de 1950, os EUA rechaçaram o projeto de resolução apresentado pela URSS, que propunha a substituição do governo de Taiwan pela República Popular da China como representante da China na ONU. Ver: AMADO; pag. 20.

estabelecer relações formais, como foi o caso do México, em 1950, do Chile, em 1952, e da Argentina, em 1954 (HUANG, 2003). O Brasil, por sua vez, transferiu sua representação diplomática para Tóquio, por onde permaneceu durante três anos, mantendo dialogo ténue com a China continental (SUN, 2015).

No entanto, após a Guerra da Coreia, os governos desses países se inclinaram unanimemente ao apoio à Taiwan. Assim, até finais da década de 50, já 20 países do continente haviam estabelecido relações diplomáticas com a ilha, o que implicava conseqüentemente no não reconhecimento do governo de Beijing (SUN, 2015).

Apesar de, entre os países latino americanos, apenas a Colômbia ter participado junto às tropas da ONU na Guerra da Coreia, este contencioso internacional consagrou a nova doutrina estratégica norte americana de segurança coletiva, segundo a qual, os Estados Unidos se incumbiriam de enfrentar qualquer ameaça a governos não-comunistas em qualquer parte do mundo (AMADO 1984, 20). Com efeito, em 1952, o governo americano logra assinar um acordo militar com o governo brasileiro de Getulio Vargas, tendo a finalidade de afiliar a política externa brasileira ao eixo ocidental.

O crescimento da pressão americana influenciou significativamente a postura diplomática brasileira para com a China. Não à toa, o Brasil foi o primeiro país latino americano a enviar missão diplomática chefiada por embaixador à Taiwan. Em 1954, além do Brasil, só mais três países do mundo (EUA, Japão e Coreia do Sul) creditaram embaixador em Taipei.

Em telegrama enviado ao Ministro das Relações Exteriores Brasileiro, o próprio Embaixador Labienno Salgado dos Santos manifestou insatisfação quanto a atitude brasileira. Este argumentou que “se efetivamente algum interesse existe da presença do Brasil nesta parte do mundo, a extensão da jurisdição da Embaixada em Tóquio resolveria amplamente o problema, com economia para o Orçamento Nacional e de acordo com velhos precedentes.” (Embaixada dos Estados Unidos do Brasil, Taipei, 1954) No entanto, a representação diplomática brasileira só deixaria Taipei em 1974, quando o governo brasileiro finalmente estabelece relações diplomáticas com a República Popular da China.

Política externa chinesa e a conjuntura internacional

Como forma de combater o isolamento internacional, a China se aproximou de países recém independentes da África e da Ásia, como a Índia de Nehru e a Indonésia de Sukarno. Os governos destes países foram forjados no processo de luta pela libertação nacional, e por isso mantinham pontos de colisão com as potências imperialistas no pós Segunda Guerra Mundial. Um exemplo claro é a agenda nacionalista levada à cabo pelo presidente egípcio, Gamal Nasser, quando se confronta com o interesse das empresas britânicas e francesas

no Canal de Suez. A China se posicionou energicamente à favor do Egito durante este processo que deu origem a uma guerra declarada pelo controle do canal. Em junho de 1956, um mês antes de Nasser anunciar a sua nacionalização, o Egito estabelece relações diplomáticas com a China e posteriormente se alinha ao campo socialista.

Em meados da década de 1950, a China participou da conferência de Bandung junto a trinta países da Ásia e da África. Ela carecia de um ambiente internacional favorável para a construção da economia socialista que havia sido paralisada durante a Guerra da Coréia. Esta demanda interna se adequava à proposta de expansão da cooperação cultural e econômica de países não alinhados, que formaram a coalizão de governos para a realização da conferência. O movimento embalado pela luta de independência dos povos pôs o terceiro mundo no centro estratégico da política externa chinesa, e o país, logo, se empenha em explorar à seu favor as contradição entre os governos destes países e as potências imperialistas.

A nova tônica da política externa chinesa, com efeito, diluiria a apreensão do país sobre as contradições de classe no movimento internacional. A colaboração com os países recém independentes que, por sua vez, eram dirigidos majoritariamente por uma limitada burguesia nacional, enfraquecia, em certa medida, a atividade revolucionária onde o partido comunista chinês possuía maior influencia.³ Ainda assim, no campo diplomático, o país obteve avanço significativo: Da conferência de Bandung até meados dos anos 60, a China estabeleceu relações diplomáticas com 26 novos países da Ásia e da África. Estes passaram a se configurar como mais de dois terços de seus parceiros diplomáticos,⁴ estimulando a China a continuar se empenhando na consolidação e expansão de sua presença no terceiro mundo.⁵

3 Esse foi o caso do acordo com a Birmânia (atual Mianmar) sobre a delimitação de fronteira com a China, em que esta cortou o apoio ao movimento comunista no país vizinho como forma de neutralizá-lo e assim obter o apoio do governo liberal nacionalista. Outro exemplo emblemático foi o caso do Partido Comunista da Indonésia que, incentivado pela China a manter uma aliança com Sukarno, abriu mão do desenvolvimento de bases no campo e de sua defesa armada, facilitando a sangrenta repressão empreendida no golpe de 1965. Ver: MLM Revolutionary study group in the U.S.; Chinese Foreign Policy During the Maoist Era and its Lessons for Today; p. 25, 26

4 Dos 49 países com os quais a China tinha relações diplomáticas, 33 eram desses dois continentes, e dentre eles apenas 3 eram países socialistas. Ver: NIU, Jun; *Linhas Gerais da Política Externa Chinesa - 1949/2000*; Editora da Universidade de Pequim. 2009 p. 178

5 Em visita realizada a onze países da África e Oriente Médio entre 1963 e 1964, o primeiro ministro Zhou Enlai tratou de ampliar as oportunidades de comércio, indicar perspectivas de cooperação técnica e assistência econômica aos governos amigos. Apesar de ter pouco a oferecer se comparado aos EUA e à URSS, a China demonstrou significativo poder de atração, conquistando, em contra partida, maior destaque no cenário internacional. Ver: *Obras Escolhidas de Zhou Enlai sobre Diplomacia*; Resposta à repórter no Cairo; p. 373 à 386 - 在开罗答记者问; Os Oito Princípios da Assistência Econômica e Técnica; p. 388 - 对外经济技术援助的八项原则.

Linhas gerais da política externa chinesa para com a América Latina

A partir de 1957, a China passou a considerar a existência de uma “zona intermediária” entre o imperialismo e o “anti-imperialismo” formada por países da África, Ásia e América Latina (ROSS, JIANG, 2001). Estes teriam inclinação pela neutralidade, contribuindo para a contenção da ofensiva capitalista em escala mundial e para a promoção do desenvolvimento nacional. (*Mao Zedong on Diplomacy*; p. 261) Como afirma Mao Zedong em entrevista aos correspondentes brasileiros Murilo Marroquim e Mrs. Maria Graça Dutra, a Índia, a Indonésia e a República Árabe Unida (atual Egito e Síria) “não são nem imperialistas nem socialistas, mas sim nacionalistas. Há também grande quantidade de países como estes na América Latina, e haverá ainda mais no futuro.” Sendo assim, Mao considera que “a China e os países da América Latina possuem sistemas sociais distintos, mas nós temos um ponto em comum: Primeiro, ambos querem independência; () Segundo, nossas economias não são desenvolvidas, por isso é forte o desejo pelo desenvolvimento econômico em seus países, assim como é no nosso.” (*Mao Zedong on Diplomacy*; p. 261)

A avaliação da China sobre os governos da América Latina não diferia muito da dos demais governos do terceiro mundo. Logo, a política externa chinesa para a África e Ásia também seira aplicada no continente latino americano. A aproximação com estes países se daria através da exploração das contradições entre seus governos e o imperialismo em diferentes esferas. Seu foco seria angariar apoio dos governos através de uma agenda comum de desenvolvimento, a começar com a ampliação da troca cultural e econômica dos dois lados.

Durante um encontro entre Zhou Enlai e uma delegação de juristas brasileiros, chilenos e argentinos que visitava a China em 1960,⁶ o Primeiro Ministro e Chanceler chinês explicitou a estratégia que os chineses alcunhavam de diplomacia popular (Minjian Waijiao):

“A China espera constituir boas relações com todos os países da América Latina, e este laço pode começar pelas organizações civis. Enfrentaremos muitas dificuldades no caminho, inclusive empecilhos externos. Disso nós temos ciência. Portanto, vamos andar sem pressa, passo-a-passo. () Os governos dos países latino americanos também são coagidos, são coagidos pelos Estados Unidos () mas se nos esforçarmos, a relação entre a China e a América Latina pode chegar a um patamar de desenvolvimento acelerado”. (HUANG, 2003; p. 57, 58)

Aplicação da *Diplomacia Popular* na América Latina e Brasil

O governo chinês passou a tomar iniciativas para aumentar a presença do país no exterior através da conquista do apoio popular, praticando o que enuncia o

6 O grupo brasileiro era composto por sete membros, sendo chefiado pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, José Aguiar Dias. Ver: Correio da Manhã; *Juristas Brasileiros na China de Mao Tse Tung*, 25 de outubro de 1960

provérbio chinês “pressionar a oficialidade a partir do povo” (yi min cu guan). Esta era também uma forma de promover ações sem ser necessário o reconhecimento diplomático prévio, mas que, ao mesmo tempo, servisse para conquistá-lo.

Com a finalidade de ampliar a divulgação do país na América Latina, em 1957, a Rádio Pequim deu início à transmissão de programas no idioma espanhol. A partir de abril de 1960, foram abertos programas também em português voltados para o Brasil e demais países de língua portuguesa. Inicialmente eram 10.5 horas de transmissão semanal, já em 1966 estendeu-se para 28 horas (TSAI, 2008). Desde a abertura da programação em português, a Rádio de Pequim contou com a participação numerosa de profissionais brasileiros.⁷

Além do serviço radiofônico, a China passou a produzir material impresso voltado para a América Latina. Em 1963 foi criado o Pekin Informa, uma versão castelhana do periódico internacional Peking Review. Já no final do ano de sua criação, o novo periódico passou a realizar publicação semanal (TSAI, 2008). Esses serviços de informação demandavam profissionais com qualificação em espanhol e português, algo de que a China desprovia.⁸ Para tanto, foi criado o primeiro curso completo de espanhol na Escola de Línguas Estrangeiras de Beijing (atual Universidade de Línguas Estrangeiras de Beijing) em janeiro de 1953, e o curso de português em 1961.

A *diplomacia popular* era uma estratégia de aproximação que incidia sobre os dois lados, externo e interno. A China carecia de informações de qualquer natureza sobre a América Latina, e para suprir esta demanda interna, foi designada à Agência de Notícias Nova China (Xinhua She) o envio de correspondentes ao exterior. Estes tinham a dupla função de informar ao público chinês os acontecimentos da região onde estavam, bem como de coletar e investigar informações relevantes para o Estado. A Agência Nova China acompanhou missões chinesas na América Latina,⁹ realizou uma expedição própria ao Brasil,

7 Dos oito primeiros funcionários do Departamento de Português, haviam dois casais brasileiros (Benedito de Carvalho e Lídia de Carvalho, e Carlos Friedman e Nair Rotman), mais dois chineses alocados de outros departamentos e dois chineses provenientes de Macau. Com a expansão do departamento, a rádio logo recebeu mais brasileiros, como Jaime Martins e Angelina Martins, os quais trabalharam lá por quase 20 anos. Ver: *Fanzine*; Edição Especial 2010; <http://portuguese.cri.cn>

8 Antes do estabelecimento da República Popular da China, já haviam cursos de espanhol em estabelecimentos educacionais de Nanjing e Shanghai, porém não existia um sistema de formação completo, como uma faculdade especializada em línguas, eram apenas cursos livres. Ver: HUANG, Zhiliang, p. 27

9 A agência enviou reportes ao Brasil em 1956, acompanhando uma delegação de artistas chineses. Nesta ocasião, foi realizada uma entrevista com Jorge Amado e encontros com artistas, políticos e o reitor da Universidade do Brasil. Ver: *Diário do Povo*; *Artistas do Nosso País Fazem Performance Artística no Rbio de Janeiro - Presidente os Presenteia com um Buquê de Flores e sua Esposa faz a Apresentação Final*; 27 de setembro de 1956 人民日报, 《我国艺术团在里约热内卢举行义演 - 巴西总统赠送花篮, 总统夫人主持闭幕演出》, 1956.09.27

Em maio de 1961, o repórter Li Xinnian, também da Agência Nova China, acompanhou a visita da delegação comercial chefiada por Nan HanChen. Ver: HUANG, ZhiLiang, 2007; p. 41, 42

Chile, Uruguai e Cuba em maio de 1959 (SHA, 1986), e no início dos anos 60 estabeleceu escritório permanente em Cuba, México e Brasil.

O escritório brasileiro foi instalado em dezembro de 1962, após dois repórteres da agência (Wang Weizhen e Ju Qingdong) estarem no Brasil à convite de João Goulart.¹⁰ Eles foram consagrados pelo Ministro das Relações Exteriores João Augusto de Araújo Castro, que disse em carta estar “certo que Vossa Excelência contribuirá para a promoção de relações de amizade entre os povos de nossos países.” (Superior Tribunal Militar, p.52) Com escritório aberto, a agência redigiu mais de 700 documentos em pouco mais de dois anos (WANG, Yong, 2006, p.32). Porém, com o advento do golpe militar, os dois repórteres se somaram ao grupo de chineses que seria detido no Rio de Janeiro sob pena criminal de dez anos.

Uma ferramenta importante para o incremento da *diplomacia popular* foram as associações culturais e de amizade criadas em diversos países da América Latina. A brasileira foi criada em setembro de 1953, sob a presidência do comunista Barão do Itararé, no Rio de Janeiro, e em 1954, em São Paulo (SHA, 1986). No primeiro estatuto da Sociedade Cultural Sino-Brasileira registrado legalmente em 1959, são expostos os trabalhos que esta proporcionaria: “Visitas de delegações culturais do Brasil à China e da China ao Brasil; difusão da cultura chinesa no Brasil e da cultura brasileira na China, através de livros, revistas, artes e todas as formas de difusão cultural; concessão de bolsas de estudo para brasileiros na China e para chineses no Brasil.” (Superior Tribunal Militar - Procuradoria Geral, 5/3/1965; p. 2)

Com a função de auxiliar os trabalhos das associações de cada país, a China criou, em maio de 1954, o Instituto do Povo Chinês para Assuntos Estrangeiros, este reunia em um só corpo representações de organizações chinesas com atuação internacional, como a Federação Nacional de Sindicatos, a Federação das Mulheres da China, o Concelho Popular para a Paz Mundial, a Associação Nacional de Ciências Naturais e a Associação da Diplomacia do Povo (WANG, Yugui, 2006).

Após a fundação do Instituto em Beijing, seu primeiro presidente, Chu Tunan, chefiou uma delegação de proeminentes artistas chineses ao Brasil e demais países da América Latina (HUANG, 2003). – seguida por outra missão de artistas de circo em agosto de 1958 (SHA, 1986). A delegação de artistas realizou uma apresentação da Ópera de Pequim no Rio de Janeiro em agosto de 1956. Esta contou com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. O espetáculo teve

10 Em missão à China, João Goulart determinou que o Ministro das Relações Exteriores João Augusto de Araújo Castro, subchefe daquela missão, comunicasse ao Itamaraty autorização para a abertura da sucursal chinesa no Rio de Janeiro. O telegrama foi enviado por Araújo Castro no dia 23 de agosto de 1961.

como principal organizador a primeira dama, Sarah Kubitschek, quem assumiu atribuição de apresentadora (Diário do Povo, 1956).

A China conseguia, assim, exercer algum poder de atração sobre governos latino americanos, principalmente (mas não exclusivamente) os que se identificavam com o projeto “nacional desenvolvimentista”. Durante os anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960, parlamentares brasileiros de diferentes partidos estiveram na China. Este foi o caso dos cinco senadores que, em junho de 1956, acompanharam o Congresso Nacional do Povo da China. Dos cinco, dois eram do Partido Social Democrático, um do Partido Trabalhista Brasileiro, um do Partido Republicano e um da União Democrática Nacional. Eles foram recebidos por Mao Zedong, Zhou Enlai, Liu Shaoqi e oficiais do governo chinês. O Chefe da delegação, Getulio Moura (do PSD) em discurso realizado na seção do dia 26 julho do Congresso, elogiou aquele país por ter se libertado “de sua antiga economia colonial e de sua condição de país exportador apenas de matérias primas”, Getulio Moura ainda declarou: “não tenho direito de emitir opinião sobre a forma de governo que vossa revolução criou () porém a verdade é que o povo chinês conseguiu um renascimento no verdadeiro sentido da palavra.” (Correio da Manhã, 23 de junho de 1956)

Além da delegação parlamentar, esteve neste mesmo congresso uma missão do Partido Comunista brasileiro chefiada pelo secretário de organização do partido, Diogenes Arruda, quem se encontrou com Mao Zedong e outros dirigentes chineses (PERALVA, 1960). Afora esta delegação, visitaram o país inúmeras outras organizadas pelo PC brasileiro, com destaque para o grupo chefiado por Luiz Carlos Prestes em celebração ao aniversário de dez anos da revolução (Peking Review, 1959). A China mantinha diálogo exclusivo com o PC brasileiro, mas distinguia com rigor a relação de partido para partido com a relação de Estado para Estado.

Relações comerciais entre China e Brasil e os limites da estratégia diplomática chinesa:

A política de *diplomacia popular*, mesmo centrando-se na influencia sobre as massas, tinha como principal propositor o Estado. Seu objetivo imediato era a obtenção do reconhecimento diplomático através do alinhamento com os governos “nacionalistas” do terceiro mundo. A China reconhecia, contudo, que o raio de alcance de sua política externa era estreito se comparado às grandes potências; e na América Latina, a hegemonia americana representava dificuldade adicional. Por isso, o governo chinês se esforçou em estabelecer uma agenda em comum com os países da região a partir do intercâmbio comercial, conciliando-a com as facilidades econômicas que isto poderia gerar para o país.

Em conversa com o vice-presidente brasileiro, João Goulart, em Beijing, Mao Zedong admitiu que a China ainda era um país agrário, sendo assim, “precisamos nos industrializar, e isso requer tempo, não é viável em um curto prazo. Mas também precisamos da ajuda dos países amigos. Nós não tememos possuir muitos amigos, tememos sim possuir poucos.” (Registros de Mao Zedong: 1961.07/1966.09; p. 9) O líder chinês saudou João Goulart da seguinte forma: “É um prazer poder vê-lo aqui. Se a situação mundial se desenvolver rapidamente, eu também poderei vê-lo no Brasil. A partir das relações econômicas, podemos dar um passo adiante no desenvolvimento das relações políticas.” (Registros de Mao Zedong: 1961.07/1966.09; p. 9)

Dentro desta estratégia, foi criado em 1952 o Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional (CCPIT, na sigla em inglês). Esta instituição se dedicaria primordialmente à abertura de relações comerciais com países capitalistas. O Conselho organizava com frequência missões para a América Latina. A primeira a visitar o Brasil foi em 1955, chefiada pelo seu diretor Ji Chaoding com a finalidade de ampliar as relações com o mundo da indústria e do comércio brasileiro (HUANG, 2013).

O esforço chinês apresentou bons resultados: Apesar de modesto, até meados dos anos 60, a China manteve fluxo comercial com o Brasil consideravelmente superior àquele entre Taiwan e o mesmo. Em 1960 e 1961, as exportações brasileiras para a China somaram o valor de US\$ 1.635.497 e US\$ 4.884.486, respectivamente. Já as exportações brasileiras para Taiwan somaram o valor de US\$ 1.000 e US\$ 795.001 respectivamente (Ministério da Fazenda, 1960).

O Estado brasileiro demonstrava interesse em ampliar as relações comerciais com a China, e tirava proveito disso mais do que das relações com Taiwan. Porém, ao contrário do que a China desejava, a questão diplomática era tratada com extrema sensibilidade, atestando ser o Brasil, em última análise, refratário ao reconhecimento diplomático. Este fato tem como razão o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado brasileiro. Os governos populistas sustentavam a industrialização nacional sem levar em conta barreiras estruturais da sociedade brasileira. As fontes para o desenvolvimento eram, em grande parte, provenientes do capital monopolista e financeiro internacional. Para atraí-lo, o Brasil praticava uma estratégia de barganha, procurando redefinir laços de dependência frente a Washinton sem ser hostil a ele (VIZENTINI, 2008). Como declarou o presidente Getulio Vargas em 7 de setembro de 1953: “o imperialismo é a falta de investimentos dos países ricos nos pobres, impedindo o desenvolvimento”. (VIZENTINI, 2008, p. 18, 19) Assim, o Brasil buscava fontes alternativas de comércio para utiliza-las como forma de barganha, reafirmando, em todo caso, seu compromisso com o eixo ocidental.

Inflexão do governo brasileiro e relações com a China

Contudo, a falta de investimentos americanos na América Latina impeliu governos populistas a ampliarem os vínculos internacionais, em direção à uma política externa mais autônoma. No início da década de 60, o Brasil reatou relações diplomáticas com países do leste europeu e URSS, e se posicionou contra a invasão americana à Bacia dos Porcos, em Cuba. O presidente Jânio Quadros aproximou-se de líderes dos “países não alinhados” e deu sinais de simpatia para com o campo socialista, condecorando Che Guevara e o astronauta russo Yuri Gagarin.

O movimento de diversificação da política externa brasileira também reflete uma nova etapa da Guerra Fria estreada na década de 1960. Esta foi marcada pelo equilíbrio nuclear e pelo desengajamento militar americano e soviético, atenuando a bipolaridade entre os dois. Ao mesmo tempo, a emergência do terceiro mundo, a consolidação do campo socialista e a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão contribuíram para a perda de controle das duas grandes potências da Guerra Fria sobre seus próprios aliados.

Durante o governo Jânio Quadros é consagrada a Política Externa Independente, atestando a disposição do Brasil em incrementar as relações com os países do terceiro mundo e do campo socialista. Ocorre, então, um momento de inflexão da diplomacia brasileira para com a República Popular da China. Em abril de 1961, o Brasil envia uma missão comercial ao país. Esta esteve com o Ministro de Relações Exteriores, Chen Yi, e o Presidente do Comitê Nacional, Zhu De, os quais foram informados sobre o desejo do governo brasileiro em ampliar o comércio com a China (HUANG, 2007). Em resposta, no mês seguinte, o presidente fundador do Conselho para o Fomento do Comércio Internacional da China, Nan Hanchen, chefia uma missão comercial ao Brasil.

No Brasil, a missão recebe de Jânio Quadros permissão para instalar representação comercial permanente – é acordada também a possibilidade do envio à China de representação brasileira, mas Jânio não se dispôs a organizá-la – e autorização para realizar uma feira comercial de produtos chineses (WANG, ZONG, 2006). A missão chinesa ainda se encontrou com o vice presidente João Goulart ao qual foi entregue em mãos uma carta do vice-presidente chinês, Dong Biwu, convidando-o a visitar a República Popular da China (HUANG, 2007). Esta era uma resposta à declaração que João Goulart havia dado durante excursão à Checoslováquia e à União Soviética, no final de 1960, demonstrando desejo em visitar o país oriental (ZHU, 2007).

Em agosto de 1961, Jango faz uma excursão à China acompanhado de uma delegação de 22 integrantes, dentre eles, parlamentares, industriais e representantes do Banco do Brasil e do Itamaraty. Em razão da inexistência de relações diplomáticas entre os dois países, o Vice-Presidente preferiu ir na função de líder do Partido Trabalhista, dispensando atribuição oficial. Mesmo

assim, durante encontro com dirigentes chineses, foi acordado o envio anual de delegações comerciais entre os dois países e encaminhou-se uma procuração para o estabelecimento de acordo comercial e de pagamento entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China (equivalente ao Banco Central).

Influência da Revolução Cubana na América Latina e intensificação das relações com a China

O advento da Revolução Cubana, no final da década de 1950, contribuiu para o revigoração do movimento revolucionário na América Latina e, simultaneamente, para a radicalização de uma parcela da burguesia nacional desses países. A partir de então, a China logrou abrir novas frentes de atuação, tanto no âmbito da *diplomacia popular* quanto na relação entre partidos. O número de visitantes latino americanos à China cresceu significativamente. Segundo o levantamento do Ministério das Relações Exteriores chinês, desde a fundação da República Popular da China até setembro de 1960, visitaram o país 1388 pessoas provenientes da América Latina. Destas, 515 estiveram à partir de 1959 (SUN, 2015). No Brasil, este fenômeno também foi expressivo: Apenas no período entre abril de 1960 e abril de 1961, houve pelo menos 25 excursões de brasileiros à China, como delegações de advogados, jornalistas, médicos, parlamentares, grupos artísticos, etc. Dentre os visitantes estavam o historiador Caio Prado Junior, o Governador do Estado de Goiás, Major Mauro B. Teixeira, o Chefe da Casa Civil do Governo Juscelino Kubitschek, Oswaldo M. Penido, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Djalma T. da Cunha Mello, e o Presidente do Banco do Rio de Janeiro, Francelino B. Franca (Consulado Geral, Hong Kong, 1960/1961).

Também cresceu o engajamento em torno das associações chinesas na América Latina. Das onze associações culturais e de amizade criadas durante os anos 50, sete se deram no período de 1958 à 1960 (SUN, 2015). Além disso, foi fundada, em março de 1960, a Associação de Amizade Sino-Latino Americana em Beijing, com o propósito de coordenar e incentivar os trabalhos das associações nos diferentes países (HUANG, 2003).

A Sociedade Cultural Sino-Brasileira passou a congregiar grande número de personalidades de diferentes meios sociais,¹¹ e seu eventos ganharam bastante expressividade.¹² Em 1964, a Sociedade pôs em andamento uma campanha pró-

11 Dentre eles, estavam o deputado Sival Pereira, o General Henrique C. Oest, os desembargadores Alfredo C. Sant' Ana e Aguiar Dias e Osny Duarte Pereira

12 Em 23 de maio de 1961, a Sociedade Cultural, sob a responsabilidade de seu presidente honorário, Mário Fabião, ofereceu um jantar na ABI à Missão Econômica da China chefiada por Nan Hanchen. O jantar contou com a participação de 500 personalidades, representações do ministério das relações exteriores, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do ex-governador do Estado, além de desembargadores, deputados, vereadores, sindicalistas, e personagens como o líder comunista Luiz Carlos Prestes e o pintor Di Cavalcante. Ver: Superior Tribunal Militar - Procuradoria Geral, 5/3/1965; Nº 34.582 p. 41 à 45; p. 56

estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China (Superior Tribunal Militar, p. 38). Seu presidente, o deputado Adão Pereira Nunes, enviou uma carta ao presidente da república pedindo o imediato estabelecimento de relações com a China República Popular da China:

“Inúmeros brasileiros têm visitado ultimamente a RPC e todos trouxeram a impressão de um grande povo em pleno renascimento político e social, sinceramente interessado em conviver com a Humanidade. Vossa Excelência lá também esteve e constatou o progresso e fidalguia daquela gente laboriosa. () Encarecemos ao Exmo. Presidente o imediato estabelecimento de relações diplomáticas.” Superior Tribunal Militar. (Processo de Apelação 34.582/65, 1º vol., p. 829)

Pressão Americana sobre o Brasil e consequências em relação a diplomacia chinesa

Após a vitória da revolução cubana e seu alinhamento ao campo socialista, agravou-se, por contra partida, a pressão americana sobre os governos do continente. Este passou a patrocinar golpes de Estado e a intervir diretamente em países da região com maior frequência. No Brasil, a própria burguesia nacional, na figura do governo de João Goulart, perdeu terreno de ação, comprometendo a autonomia de sua política externa.¹³ A representação brasileira na ONU, que em 1961 votou pela primeira vez à favor da inclusão da “questão chinesa” como pauta de discussão da assembleia, logo depois apoiou a proposta americana de elevar à dois terços o número de votos necessários para o reconhecimento da país no lugar de Taiwan. O acordo interbancário firmado entre o Brasil e a China não resultou no incremento esperado das trocas comerciais.¹⁴ Além disso, a exposição comercial que estava marcada para o ano de 1961, foi adiada devido à turbulência institucional brasileira, e em seguida, sofreu empecilhos burocráticos do Itamaraty e de governos locais (GUEDES, MELO, 2014).

Para a exposição comercial, estava prevista a disponibilização de 5600 mercadorias e a mobilização de uma equipe numerosa procedentes da China (Audio - Danilo Santos, 2016). Uma missão preparatória foi enviada pelo Ministério do Comercio Exterior da China ao Rio de Janeiro em junho de 1963.¹⁵ Juntou-se a eles outra Missão chefiada pelo vice-diretor da Companhia

13 Um exemplo emblemático é a atitude conciliadora de João Goulart para com os interesses americanos quando este se distancia dos movimentos de libertação nacional africanos e cancela o Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro. Ver: Decisão tomada pelo chanceler Hermes Lima. Ver: VIZENTINI; p. 18, 19

14 Viagem do Senhor Horácio Sabino Coimbra à República Popular da China; *Brasil - República Popular da China*; Consulado Gerla do Brasil, Hong Kong, à Secretaria de Estado da União, 1 de novembro de 1971; Relações Comerciais Brasil-República Popular da China

15 Delegação de 4 membros, cuja função principal seria investigar os possíveis espaços da exposição comercial. GUEDES; MELO; p. 49

Nacional Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis, Wang Yaoting, cuja função inicial era avaliar a compra de algodão brasileiro.¹⁶ No mesmo dia do golpe militar, 31 de março, o Consulado Brasileiro em Genebra concedeu visto para mais nove integrantes Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional. Quatro viriam ajudar na montagem da exposição. Os demais compunham o grupo que abriria uma representação comercial permanente no Brasil, também devidamente autorizada pelo presidente João Goulart. Os nove chineses já estavam com passagens marcadas para o Rio de Janeiro, mas devido à instabilidade política provocada pelo golpe tiveram a viagem temporariamente suspensa (GUEDES; MELO, 2014).

Já os nove chineses que se encontravam no Brasil, incluindo dois da Agência Nova China, foram presos pelo Dops do Estado da Guanabara, onde permaneceram por um ano antes de serem deportados de volta à China. Um dia antes do golpe, o interprete da missão, Song Guibao fora avisado a se precaver contra uma eventual mudança de regime político, mas este desconsiderou a gravidade da situação e respondeu: “Não temos nada a ver com os problemas políticos brasileiros”.

Relação Brasil-China pós golpe militar de 1964

Nos primeiros anos da ditadura militar, o Marechal Castello Branco põe fim à política externa independente e reata uma aliança automática com os Estados Unidos. Tal aliança era baseada na bipolaridade leste-oeste e na segurança coletiva, pela qual a subversão interna seria inimiga da soberania nacional. Logo, são cortados todos os canais formais entre a China e o Brasil, inaugurando um etapa de retração das relações entre os dois países que duraria até o final da década de 1960.

Após a prisão dos nove chineses, a China se torna refratária à instalação de representação comercial no Brasil, em razão dos riscos pela falta de imunidade diplomática. O país abandona a postura propositiva que mantinha com o governo brasileiro e, em dezembro de 1966, denuncia unilateralmente o acordo comercial e de pagamento com o Banco do Brasil.¹⁷ Nesta mesma época é iniciada na China a Revolução Cultural, movimento que abala a diplomacia tradicional do país, deixando-a sob influencia direta

16 A missão chegou ao Brasil no início de 1964, vindo do México. Esta contava com mais dois membros do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional. Não tinham responsabilidade direta sobre a exposição, mas trabalhavam em conjunto com as demais delegações enviadas pela China. Ver: WANG, Weizhen; ZONG, Daoyi; p. 36

17 Viagem do Senhor Horácio Sabino Coimbra à República Popular da China; *Brasil - República Popular da China*; Consulado Gerla do Brasil, Hong Kong, à Secretaria de Estado da União, 1 de novembro de 1971

das massas populares.¹⁸

Logo, os vínculos políticos entre os dois países concentraram-se na relação do Partido Comunista da China com o recém fundado PCdoB e outras organizações simpatizantes à revolução chinesa, como a *Ação Popular* e setores das *Ligas Camponesas*. Entre 1964 e 1966 foram organizadas três excursões de aproximadamente 15 militantes para os cursos de formação política em Beijing e Nanjing. Estes cursos eram proporcionados pelo PC chinês em que, no período de dois meses, se lecionava essencialmente sobre o pensamento de Mao Zedong e a construção do socialismo na China. Além disso, eventualmente eram oferecidos exercícios práticos de guerrilha (*Repressão e Direito à Resistência*, 2014).

No que diz respeito à *diplomacia popular*, em 1964 é extinta a Sociedade Cultural Sino-Brasileira devido a perseguição de seus membros pela ditadura militar. Porém, dois anos depois a Sociedade é reaberta sob a presidência de Danilo Santos – quem havia prestado serviço à delegação chinesa para a organização da exposição comercial e defendeu-os quando foram presos.¹⁹ Porém, a Sociedade Cultural não mais contaria com a participação de elementos do Estado brasileiro nem com a atuação direta do governo chinês.

Nesta época, foram realizadas raras missões comerciais à China, como a que o próprio Danilo Santos acompanhou, em 1967, chefiada por Giullite Coutinho, presidente da Associação de Exportadores do Brasil (AEB) (Audio-Danilo Santos, 2016). O intercâmbio comercial entre os dois países retraiu-se mas não se extinguiu, e após o momento de refluxo, recupera vigor na década seguinte.

Aproximação entre China e Estados Unidos

Durante a segunda metade da década de 1960 a China mergulhou numa complicada situação internacional. O país não conseguiu se livrar do isolamento, perdendo antigos aliados, como Indonésia, Gana, Burundi, Tunísia e Daomé (atual Benim). Com efeito, em 1969, apenas 50 países reconheciam diplomaticamente a República Popular da China (POMAR, 2003, p.155). A situação geopolítica na Ásia era ainda mais preocupante: A presença americana no Vietnã, ao sul, o

18 Após a conflagração da Revolução Cultural o primeiro ministro Zhou Enlai e o chanceler Chen Yi advogaram pela independência do ministério das relações exteriores frente ao movimento das massas. Mas durante período mais explosivo da revolução cultural (de 1967 à 1969), tornou-se impossível impedir sua influência. Logo, a diplomacia tornou-se também uma ferramenta para a propagação do ideal revolucionário internacionalista. Dos 49 embaixadores chineses no exterior, todos, menos o no Cairo, foram chamados de volta para participar de cursos da “Escola de Quadros 7 de Maio” realizados em fazendas coletivas. Embaixadas chinesas passaram a distribuir citações de Mao Zedong e obras marxistas no exterior. Em 1967 foi ateadado fogo à embaixada britânica em Beijing.

19 Danilo Santos também foi encarcerado durante uma parte do processo de defesa dos 9 chineses, e teve seu escritório vigiado por agentes do DOPS nos anos seguintes. Fonte: Depoimento em audio, gravado no dia 3 de fevereiro de 2016

fortalecimento do Japão ao leste e o deslocamento de numerosas tropas Soviéticas na fronteira norte, geraram um cenário de estrangulamento militar que fragilizou o país.

Assim, a China passou a tomar como opção plausível o entendimento com os Estados Unidos. Ela considerava a União Soviética uma ameaça agora maior do que o próprio imperialismo americano. A deterioração das relações sino-soviéticas haviam acarretado em conflitos armados na Ilha Zhenbao e no Rio Ussuri. Já a ofensiva americana no Veitnã arrefecia, apresentando sinais de insucesso. Os Estados Unidos procuravam um reposicionamento internacional de modo a recuperar a supremacia perdida na última década. Ele acreditava que a aproximação com a República Popular da China poderia contribuir para pressionar a URSS no sentido de uma solução de curto prazo para o guerra do Vietnã.

Desde então, é realizada a visita secreta do Secretário de Estado norte americano Henry Kissinger, em 1971, e o encontro do presidente Nixon com Mao Zedong no ano seguinte, em Beijing. O contexto de aproximação entre os dois países contribuiu para que a República Popular da China conquistasse assento no conselho de segurança da ONU, que havia sido ocupado por Taiwan. No pleito da ONU que aprovou a representação da China, o Brasil votou contra, como costumava fazer desde os anos 50. Porém nesta época, a relação entre os dois países também estreou um período de distensão.

Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre China e o Brasil

No início da década de 1970, tanto o Brasil quanto a China demonstraram interesse em aprimorar suas relações comerciais. Nesta época, o Ministro da Indústria e do Comercio, Marcus Pratini de Moraes, esteve com uma comitiva chinesa em Londres, no encontro foi acordada a compra por parte da China de uma grande remessa de açúcar brasileira. Este foi o primeiro canal oficial de dialogo aberto entre os dois países desde o golpe militar. Estabelecido o acordo, o Ministro brasileiro afirmou que “comercio não tem partido político” (ANISIO, 2001, p. 96), argumento parecido com aquele dito pelo interprete da missão chinesa pouco antes deste ser preso no Brasil. Mas o contexto internacional já apresentava alterações: Agora a China ocupava posição vantajosa para o dialogo com governos do ocidente, ao passo que o Brasil reformulava sua política externa em direção ao “pragmatismo” e à maior autonomia de ação.

Em outubro de 1971 o Presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel, Horácio Coimbra realiza uma visita à feira de Cantão (China Export Commodities Fair) à convite do governo de Beijing. Nesta ocasião, o Cônsul Adjunto em Hongkong, Geraldo Holanda Cavalcanti, recebe instruções para acompanhá-lo como “convidado especial”. Apesar da preferencia do Brasil em

não dar caráter oficial à excursão do Consul, este ato teve importante repercussão. O cônsul assumiu a tarefa de confeccionar um relatório sobre a situação geral do país e as oportunidades de ampliação das relações comerciais. Uma das conclusões apresentadas no relatório é de que o crescimento da economia chinesa a tornou cada vez mais importante “em virtude das alterações das correntes de comércio mundiais resultantes da alongada crise financeira no ocidente”. No caso especial do Brasil, país em desenvolvimento “na fase de industrialização acelerada”, os laços com a China oferecem “possibilidades como mercado alternativo ao dos países desenvolvidos” (Consulado Geral, Hong Kong, 1 de novembro de 1971). Logo, o Consul faz a seguinte advertência:

O retardamento em procurar relações comerciais diretas com Pequim trará, para o Brasil, o duplo prejuízo, primeiro, de encontrar, quando se decida contactar Pequim, as oportunidades comerciais reduzidas e os lugares supridores prioritários preenchidos pelos concorrentes brasileiros na absoluta maioria já em entendimentos com Pequim, e, segundo, de alimentar uma predisposição negativa chinesa com relação ao Brasil. (Consulado Geral, Hong Kong, 1 de novembro de 1971)

Em maio de 1972, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional Brasileiro abranda a postura à respeito do comércio com a China, propondo “cautela e flexibilidade para a tomada de uma posição adequada no momento oportuno.” Dois meses depois o Itamaraty emite uma nota orientando o governo brasileiro a não impedir, mas também não patrocinar oficialmente contatos de empresários e exportadores (nacionais) com a China continental (AMADO, 1984, p. 111). Esta mudança era reflexo da crescente aspiração de setores da economia brasileira em relação ao comércio com a China. Em 1973, o país já era um dos maiores importadores de açúcar brasileiro e o comércio entre os dois países trazia um rendimento anual de aproximadamente US\$ 13 milhões (AMADO, 1984, p. 115).

Nesta época é deflagrada a crise do petróleo mundial, responsável pela depressão das contas externas brasileiras e pelo malogro do projeto de “Brasil Potência” do governo Médici. O país é impelido a buscar novos parceiros comerciais, incluindo aproximação mais orgânica com a China. Logo, após o envio mútuo de missões comerciais, os dois países finalmente decretam o estabelecimento de relações diplomáticas.

Considerações finais

Durante o processo de aproximação entre o Brasil e a China ficou clara a primazia dos interesses econômicos sobre os políticos. Mas apesar do aumento do fluxo comercial entre os dois países, isso não representava estímulo suficiente para o estabelecimento das relações diplomáticas. Vale a pena destacar que em

1973 o comércio entre Brasil e Taiwan alcançava a cifra de US\$ 80 milhões – com saldo comercial extremamente favorável para o Brasil – ou seja, sete vezes maior do que o comércio com a República Popular da China (AMADO, 1984, p. 125). Esta só vislumbraria progresso significativo do intercâmbio comercial com o Brasil em 1977, quando é assinado um tratado comercial entre dois governos (LI, 2011, p. 5).

A mudança da postura brasileira só pode ser entendida a partir da reconfiguração do cenário internacional, estando a República Popular da China em novo patamar de relação com os Estados Unidos. Este cenário abriu terreno para que, logo após o reconhecimento diplomático do país pelo governo chileno de Salvador Allende (em 1970), outros governos da América Latina – grande parte, ditaduras impopulares – decidirem fazer o mesmo, à começar pelo Perú, em 1971, seguido por México, Argentina, Guiana e Jamaica, em 1972, e Venezuela e Trinidad e Tobago, assim como o Brasil, em 1974.

É importante notar o fato do Brasil ser o centésimo segundo país do mundo a estabelecer relações diplomáticas com a China. Este comportamento retardatário reflete um conservadorismo brasileiro expresso em alguns outros momentos, como, por exemplo, no envio precoce de embaixador à representação diplomática em Taipei, ou no afincamento em votar contra a representação da República Popular da China na ONU.

A ação proativa da China através da *diplomacia popular* contribuiu para a disputa da opinião pública brasileira sobre a imagem do país e para a atração do apoio de governos populistas. Mas isso não resultou na alteração do posicionamento político-estratégico brasileiro, e não interferiu diretamente sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. A ineficácia da estratégia diplomática chinesa, tem explicação não apenas no fato da China contar com pouco poder de influência internacional – por não ser, na época, uma potência militar e econômica – mas sobretudo por um equívoco político.

O governo chinês considerou possível estabelecer uma agenda de desenvolvimento em comum com os países do terceiro mundo, independente de seu regime político, e superestimou o papel da burguesia nacional no combate ao imperialismo. A concentração de esforços da China em angariar o apoio de governos “nacionalistas” da América Latina ignorava o fato destes representarem uma classe que além de frágil, cativava laços intrínsecos com o capital estrangeiro. O intercâmbio comercial e cultural com a China não diminuía a dependência destes governos para com as grandes potências.

Mas por ironia da história, com exceção de Cuba, cujas relações diplomáticas haviam sido estabelecidas em 1960, o garantidor da aproximação diplomática entre a China e os países latino americanos foi o acerto de contas com os Estados Unidos. Desta forma, o Brasil reconhece a República da China apenas no governo Geisel, depois de mais 20 anos de laços diplomáticos rompidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, André Mattoso Maia; **O Reconhecimento Diplomático da República Popular da China**; Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco; VIII Curso de Altos Estudos - 1984.

ANISIO, Henrique; **Brasil e China: Relações Bilaterais nas Transformações da Ordem Mundial**; Editora Shijie Zhishi, Beijing, 2001 - (巴西) 雅尼丝·伊利克 ; 《巴西与中国：世界秩序变动中的双边关系》世界知识出版社，北京，2001.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de; **O Caso dos Nove Chineses - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung**; Editora Objetiva, 2014.

HUANG, Zhiliang; **Zhou Enlai e a Re-Descoberta do Novo Continente**; Editora Shijie Zhishi, 2003 黄志良 ; 《周恩来与拉丁美洲 - 新大陆的再发现》世界知识出版社，2003.

HUANG, ZhiLiang; **Relato do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre China e América Latina**; Editora Shanghai Cishu, 2007 - 黄志良 ; 《中拉建交纪实》上海辞书出版社，2007年

LI, Mingde; **Relações entre Brasil e China: Passado, Presente e Futuro**; Revista de Estudos Latino Americanos, 2001, Seção 4 - 李明德 《中巴关系: 过去、现在与未来》拉丁美洲研究，2001年第4期.

MLM Revolutionary study group in the U.S., **Chinese Foreign Policy During the Maoist Era and its Lessons for Today**; Janeiro de 2007.

NIU, Jun; **Linhas Gerais da Política Externa Chinesa - 1949/2000**; Editora da Universidade de Pequim. 2009. 牛军编著 ; 《中华人民共和国对外关系史概论 (1949-2000) 》北京大学出版社，2009年.

PERALVA, Osvaldo; **O Retrato**; Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 1960.

POMAR, Wladimir; **A Revolução Chinesa**. Editora UNESP; 2003.

ROUSSET, Pierre; **Revolução e contra-revoluções na República Popular da China**. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=109506>; 2010.

SHA, ding; JIAO, Zhengheng; SUN, Guirong; YANG; Dianqiu; **História Concisa das Relações China - América Latina**; Editora Henan Renmin; Zhengzhou 1986 沙丁，焦震衡，孙桂荣，杨典求 ; 《中国和拉丁美洲关系简史》，河南人民出版社，郑州，1986年.

ROSS, Robert S.; JIANG, Changbin; **Re-examining the Cold War – U.S.-China Diplomacy, 1954-1973**; Harvard University Press, 2001.

SUN, Hongbo; *Diplomacia Chinesa para com a America Latina: Origem, fatos e influencia*; Academia de Ciências Sociais da China - Instituto de Pesquisa Latino Americana; 23 de julho de 2015. 孙洪波 《中国对拉美民间外交: 缘起、事件及影响》 2015年7月23日, 中国社会科学院 - 拉丁美洲研究所; 中国拉丁美洲研究网.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; *Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula*; Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

Obras Escolhidas de Zhou Enlai sobre Diplomacia; Edição do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, Divisão Central de Pesquisa de Documentos do Partido Comunista; Editora Zhongyang Wenxian; Beijing, 2000 - 中华人民共和国外交部, 中共中央文献研究室 编; 《周恩来外交文选》, 中央文献出版社; 北京, 2000年.

WANG, Yugui; **Teoria e Prática da Diplomacia Popular sob o Ponto de Vista do Partido Comunista da China**; Universidade Tecnológica de Hefei, 2012 - 王玉贵; 《民间外交理论与实践研究 - 以中国共产党为视角》合肥工业大学出版社, 2012.

ZHU Xiangzhong; *Primeiro Oficial de Governo a nos Visitar - Um Registro da Visita de João Goulart*; Dangshi Publicações; 2007 朱祥忠 《第一位来访的拉美国家领导人——巴西副总统古拉特访华记》党史纵横, 2007年.

WANG, Weizhen; ZONG, Daoyi; **1964: As Estrelas Vermelhas em Celas Brasileiras**; Dangshi Publicações, 2006 - 王唯真, 宗道一 《1964年:巴西大牢里的中国“红星”》党史博览, 2006年.

WANG, Yong; **Governo Brasileiro Forja Espetáculo Contra Chineses no Anos 1960**; Dangshi Publicações, 2006 王勇; 《20世纪60年代巴西军政府制造的一起反华闹剧》党史纵览, 2006年.

documentos:

Relatório do Primeiro Ministro Zhou Enlai, Sobre a Atual Conjuntura Internacional e a Política Externa Chinesa 周恩来总理关于目前国际形势和我国外交政策的报告; Compilação de Documentos sobre as Relações Internacionais da República Popular da China - 1958; Editora Shijie Zhishi, 1959; 中华人民共和国对外文件集 - 1958; 世界知识出版社, 1959年.

Casa de documentos do Comitê Central do Partido Comunista; Registros de Mao Zedong: 1953.01/1956.09; Editora Zhongyang Wenxian - 中共中央文献研究室编 《毛泽东年谱 - 1953.01/1956.09》; 中央文献出版社.

Casa de documentos do Comitê Central do Partido Comunista; Registros de Mao Zedong: 1961.07/1966.09; Editora Zhongyang Wenxian - 中共中央文献研究室编 《毛泽东年谱 - 1961.07/1966.09》; 中央文献出版社.

Telegrama da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil ao Ministério das Relações Exteriores; Taipei, 23 de setembro de 1954; Nº 53.

Fight for National Independence and Do Away with Blind Worship of the West; 2 de setembro de 1958; **Mao Zedong on Diplomacy**; Foreign Languages Press, Beijing, 1998.

Superior Tribunal Militar - Procuradoria Geral, 5/3/1965; Nº 34.582.

Depoimento em audio, gravado no dia 3 de fevereiro de 2016 com Danilo Santos; Rio de Janeiro

Comércio Exterior do Brasil - Por Países, Segundo as Mercadorias - 1960; Ministério da Fazenda; Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Comércio Exterior do Brasil - Por Países, Segundo as Mercadorias - 1961; Ministério da Fazenda; Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Viagem do Senhor Horácio Sabino Coimbra à República Popular da China; Brasil - República Popular da China; Consulado Gerla do Brasil, Hong Kong, à Secretaria de Estado de Relações Internacionais, 1 de novembro de 1971.

Repressão e Direito à Resistência - Os Comunistas na Luta Contra a Ditadura (1964-1985); Editora Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois; São Paulo, 2014.

Exmo. Sr. João Augusto de Araújo Castro; **Ministério de Relações Exteriores do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1963; Superior Tribunal Militar - Procuradoria Geral, 5/3/1965; Nº 34.582; p. 52.

Artistas do Nosso País Fazem Performance Artística no Rio de Janeiro - Presidente os Presenteia com um Buquê de Flores e sua Esposa Apresenta a Parte Final; Diário do Povo, 27 de setembro de 1956 人民日报, 《我国艺术团在里约热内卢举行义演 - 巴西总统赠送花篮, 总统夫人主持闭幕演出》, 1956.09.27 .

Parlamentares Brasileiros na China; Correio da Manhã, 23 de junho de 1956; **Senadores Brasileiros na China**; Correio da Manhã, 15 de junho de 1956.

Peking Review. **National Day, 1959**. October 6, 1959. No. 40.

Telegramas entre Consulado Geral dos Estados Unidos do Brasil e Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 1960/1961

Recebido em março de 2016.

Aprovado em abril de 2016.